

termos dos respectivos Contratos de Garantia; v) questionamento judicial, por qualquer terceiro, desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, que não tenha seus efeitos suspensos pela Emisso- ra ou pela Interventoria Acionista, em prazo a ser determinado (quando e/ou em quantas vezes contados da data em que a emissão e/ou as Interventorias Acionistas tomarem ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial e, em relação aos Contratos de Garantia, sem que a Emisso- ra apresente outra garantia aceita(s) previamente pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a seu exclusivo critério, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ocorrência do evento; w) caso a Emisso- ra ou as Interventorias Acionistas venham a alienar, empenhar, oferecer em garantia ou constituir qualquer tipo de ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima) ("ônus") e/ou gravame em favor de qualquer terceiro sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais, observada a 37 cessão onerosa, em favor de Senpar, Bandeirantes, TORC, TCL e VFL, de usufruto do direito de voto nas deliberações sociais da Emisso- ra (usufruto político), nos termos desta Escritura de Emissão; x) existência de sentença condenatória, em razão da prática de atos, pela Emisso- ra e/ou por seus respectivos administradores, exclusivamente no exercício de suas funções, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emisso- ra e/ou aos administradores proferida antes da Data de Emissão, observado o devido processo legal; y) inscrição da Emisso- ra no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravo, pela Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016 (ou outra que a substitua), do Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, ou outro cadastro oficial que venha a substituí-lo; z) alteração do escopo e da finalidade do Projeto sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; aa) não atingimento pela Emisso- ra, por 2 (duas) medições consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, dos índices Financeiros s quais serão apurados semestralmente, até 30 de junho de 2026, na data da disponibilização das demonstrações contábeis relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho e dezembro de cada ano, calculado pela Emisso- ra e verificado pelo Agente Fiduciário, sendo a primeira apuração com base nas demonstrações contábeis auditadas da Emisso- ra referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e (i) Entre 01º janeiro de 2021 e 31º dezembro de 2024: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco centésimos); (2) Entre 01º janeiro de 2025 e 31º dezembro de 2025: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros); e (3) Entre 01º janeiro de 2026 e 31º junho de 2026: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos). Dívida Líquida auditadas da Emisso- ra, o total dos empréstimos e financiamentos, em cada caso, celebrados com instituições financeiras, subtraídos o caixa e os equivalentes de caixa; bb) ICSD de 1,30 (um inteiro e trinta Índice Mínimo do ICSD que: - para os fins desta alínea (bb), o ICSD deverá ser, a partir da data prevista no item abaixo, semestralmente apurado pelos auditores independentes, e fornecido pela Emisso- ra ao Agente Fiduciário conforme metodologia de cálculo constante do Anexo II à presente Escritura de Emissão; a apuração do ICSD deverá ser feita na data da disponibilização das demonstrações contábeis relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração realizada na data de entrega das demonstrações contábeis relativas ao ano de 2026; e - no caso de não atingimento da Emisso- ra, por 2 (duas) medições consecutivas ou 4 (quatro) alternadas do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a Emisso- ra poderá curar eventual não atingimento do ICSD mediante a realização de um ou mais aportes de acionistas, conforme cálculo previsto no Anexo II, a ocorrer em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação do Agente Fiduciário acerca do descumprimento do Índice Mínimo do ICSD, e a serem depositados e mantidos em uma conta de titularidade da Emisso- ra, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, até que seja reestabelecido o patamar mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos). Sendo: "Dívida Líquida" significa, com base nas últimas demonstrações contábeis consolidadas auditadas da Emisso- ra, o total dos empréstimos e financiamentos, em cada caso, celebrados com instituições financeiras, subtraídos o caixa e os equivalentes de caixa; bb) ICSD de 1,30 (um inteiro e trinta Índice Mínimo do ICSD que: (i) para os fins desta alínea (bb), o ICSD deverá ser, a partir da data prevista no item (ii) abaixo, semestralmente apurado pelos auditores independentes, e fornecido pela Emisso- ra ao Agente Fiduciário conforme metodologia de cálculo constante do Anexo II à presente Escritura de Emissão; (ii) a apuração do ICSD deverá ser feita na data da disponibilização das demonstrações contábeis relativas aos últimos 12 (doze) meses encerrados em junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira apuração realizada na data de entrega das demonstrações contábeis relativas ao ano de 2026; e (iii) no caso de não atingimento da Emisso- ra, por 2 (duas) medições consecutivas ou 4 (quatro) alternadas do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), a Emisso- ra poderá curar eventual não atingimento do ICSD mediante a realização de um ou mais aportes de acionistas, conforme cálculo previsto no Anexo II, a ocorrer em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da notificação do Agente Fiduciário acerca do descumprimento do Índice Mínimo do ICSD, e a serem depositados e mantidos em uma conta de titularidade da Emisso- ra, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, até que seja reestabelecido o patamar mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos). METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA - O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Abaixo

<b>DÍCE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (A) / (B);</b>			
<b>EBITDA</b> corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:			
(+) <b>Lucro Líquido</b> ; (+) <b>Despesa (receita) financeira líquida</b> ; (+) <b>Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais</b> ; (+) <b>Provisão para Manutenção</b> ; (+) <b>Depreciações e amortizações</b> ; (+) <b>Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais</b> . <b>D) Valor de Complemento (1,30 C) x (B)</b> , se aplicável nos termos da <b>Clausula 5.1.2(bb)(ii)</b> ; <b>E) Lucro Líquido</b> deve desconsiderar qualquer resultado de receitas e custos de construção do IFRS. <b>5.2</b> A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada à <b>Agente Fiduciária</b> , pela <b>Emissora</b> nos termos desta <b>Escritura de Emissão</b> e/ou dos respectivos <b>Contratos de Garantia</b> , em até <b>2 (dois) Dias Úteis</b> da verificação de sua ocorrência. O descumprimento de qualquer das obrigações previstas nesta <b>Escritura de Emissão</b> e nos demais documentos da <b>Emissão</b> , inclusive o de declarar o vencimento antecipado das <b>Debêntures</b> . Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu todas as cláusulas contratuais da escritura.			
<b>18. Obrigações com infraestrutura a realizar:</b> A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da rodovia útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia. A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 8,30% a.a., a qual representa o custo médio de capital da Companhia. A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e conforme a Orientação Técnica OPCO 05 – Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.			
<b>Provisão para manutenção em rodovias:</b> Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das obrigações ajustados a valor presente é de R\$ 3.028 demonstrado a seguir:			
Obrigações com infraestrutura a realizar	2021	Adições	2022
AVP - provisão para manutenção	157	3.881	4.038
	(43)	(967)	(1.010)
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>2.914</b>	<b>3.028</b>
O Investimento programado em manutenções inclui repasseamentos, sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações conforme cronograma a seguir:			
<b>Cronograma esperado de saídas</b>			
Ano de execução			2022
2025			3.028
<b>Indicação de incertezas:</b> Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização. <b>Principais premissas adotadas:</b> A revisão periodicamente dos valores da provisão de manutenção é para garantir que os recursos atendam às intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.			
<b>19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais</b>			
	2021	Baixa	Adição
Contingência cível	-	-	59
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59</b>
A Companhia possui processos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para riscos processuais, no montante de R\$ 59, refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas. Além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima, R\$ 591 em 31 de dezembro de 2022, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.			
<b>20. Patrimônio líquido - Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 146.010 totalmente integralizado, e está representado por 146.010 ações Ordinárias.			
	<b>Ações em 31/12/2022</b>		
<b>Acionista</b>	<b>Subscritas</b>	<b>Integralizadas</b>	<b>Partic. 5</b>
Elo4 Administração e Participações S.A.	116.808.000	116.808.000	80,5
GLP O Participações S.A.	29.202.000	29.202.000	20,0
<b>Total</b>	<b>146.010.000</b>	<b>146.010.000</b>	<b>100,5</b>
<b>Reserva de lucros e distribuição de dividendos:</b> Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. <b>Reserva legal:</b> A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. <b>Reserva especial para dividendos não distribuídos obrigatórios:</b> Em 31/12/2022 a companhia resolveu transferir os lucros após a destinação da reserva legal, para conta de Reserva de dividendos não distribuídos.			
<b>21. Receita operacional líquida</b>			
	2022		2021
Receitas de pedágio (a)	112.004		73.777
Receitas com construção e infraestrutura (b)	111.588		142.611
Outras Receitas	136		5
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	(32)		(1)

abril de 2021, dará origem as receitas operacionais da Companhia; e						
(b) De acordo com ICPC 01, a Companhia contabilizou nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os valores de R\$ 111.588 e R\$ 142.616, respectivamente, referente à receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.						
<b>22. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas</b>						
<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
Pessoal	(10.013)	(7.744)				
Serviços de terceiros	(6.796)	(6.611)				
Seguros e garantias	(708)	(764)				
Custos contratuais da concessão	(1.636)	(1.502)				
Verba da Polícia Rodoviária Federal	(714)	(627)				
Materiais/equipamentos/veículos	(2.351)	(1.961)				
Provisão para manutenção	(2.645)	(114)				
Depreciação/amortização	(5.026)	(1.908)				
Custos com construção e infraestrutura	(111.588)	(142.616)				
Outros	(246)	(287)				
<b>Total</b>	<b>(141.723)</b>	<b>(164.132)</b>				
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
Pessoal	(1.593)	(1.777)				
Serviços de terceiros	(3.387)	(3.615)				
Materiais/equipamentos/veículos	(1.139)	(1.029)				
Depreciação e amortização	(22.125)	(16.182)				
Outros	(1.498)	(1.168)				
<b>Total</b>	<b>(29.742)</b>	<b>(23.771)</b>				
<b>23. Resultado financeiro</b>						
	<b>2022</b>	<b>2021</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	17.294	7.570				
Juros ativos	-	243				
Descontos obtidos	25	202				
Receita financeira – AVP	7.956	8.314				
Outras receitas financeiras	115	49				
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>25.390</b>	<b>16.378</b>				
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(824)	(375)				
Despesas financeiras	(766)	(717)				
Juros sobre debêntures	(14.397)	(19.439)				
Custos de transação	(3)	(1.597)				
Atualização outorga fixa	(2.115)	(1.456)				
Despesas financeira – AVP	(8.226)	(8.323)				
Juros sobre empréstimos	(3)	(711)				
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(26.334)</b>	<b>(32.618)</b>				
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(944)</b>	<b>(16.240)</b>				
<b>24. Resultado por ação:</b> Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído.						
Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.						
	<b>Nota</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Ativo</b>			
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	6	112.358				
Operações a receber	7	-				
Outros créditos	-	-				
<b>Passivos</b>						
Debêntures	17	-				
Empréstimos e financiamentos	16	-				
Fornecedores	10	-				
Obrigações com o poder concedente	-	-				
Outras contas a pagar	-	-				
<b>Total</b>		<b>112.358</b>				
<b>Hierarquia de valor justo:</b> A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros a custo amortizado através do resultado, os quais estão qualificados a seguir:						
	<b>Notas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>			
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	6	112.358	159.887			
<b>Passivos</b>						
Debêntures	17	(342.881)	(319.023)			
Os diferentes níveis foram definidos a seguir: Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). <b>Riscos de mercado - Exposição a riscos cambiais:</b> Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. <b>Exposição a riscos de taxas de juros:</b> A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic. Em 31 de dezembro de 2022, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI.						
<b>Análise de sensibilidade</b>						
Indicadores	<b>2022</b>					
	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II (+25%)</b>	<b>Cenário III (-25%)</b>	<b>Cenário IV (+50%)</b>		
CDI (1)	12,50%	15,63%	9,38%	18,75%		
Receitas de Aplicações Financeiras	14.045	17.556	10.534	21.067		
I.P.C.A (						

liquido por ação:	2022	2021
<b>Básico</b>		
Resultado do exercício	27.795	3.961
Número de ações durante o período (milhares)	146.010	146.010
<b>Lucro/(Prejuízo) por ação – básico</b>	<b>0,19</b>	<b>0,03</b>
<b>Diluído</b>		
Resultado do período utilizado na apuração do prejuízo por ação	27.795	3.961
Quantidade média ponderada de ações Ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo por ações (milhares)	146.010	146.010
<b>Lucro/(Prejuízo) por ação – diluído</b>	<b>0,19</b>	<b>0,03</b>
Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos. A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.		
<b>25. Instrumentos financeiros:</b> De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir: <b>Gestão de risco de capital:</b> A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. <b>Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado:</b> Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue: Fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias; Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de risco semelhantes.		
damente:	2022	
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>	<b>Passivo financeiro mensurados ao custo amortizado</b>	
-	-	-
6.562	-	(342.460)
4.918	-	(97)
-	-	(7.214)
-	-	(10.951)
-	-	(3.112)
<b>11.488</b>	<b>363.834</b>	
contrato, o que for menor. <b>Exposição a riscos de créditos:</b> Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava riscos de créditos. <b>Informações por segmentos de negócios:</b> A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.		
<b>26. Cobertura de seguros</b>		
<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Cobertura</b>
Seguro garantia – contrato de concessão	Março/2022 a março/2023	42.959
Riscos operacionais	Março/2022 a março/2023	39.772
D&O	Março/2022 a março/2023	5.000
Responsabilidade civil	Março/2022 a março/2023	15.000
Risco de engenharia	Dezembro/2021 a junho/2023	13.680
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:		
<b>27. Benefícios aos empregados:</b> A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação. Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.		

as garantias Reais forem canceladas e/ou rescindidas e/ou se ocorrer quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e de seus eventuais aditamentos, exceto se tais garantias forem substituídas ou complementadas nas Demonstrações Contábeis, em determinado período de verificação, a saber: A) Geração de caixa da atividade; (+) EBITDA; (-) Imposto de Renda; (-) Contribuição Social; (-) CAPEX; B) Serviço da Dívida; (+) Amortização de Principal; (+) Pagamento de Juros; C) IN-SS	(-)	ISS	(5.600)	(3.689)	
	(-)	PIS	(697)	(479)	
	(-)	Cofins	(3.217)	(2.213)	
<b>Total</b>			<b>214.182</b>	<b>210.052</b>	

(\*) O início das operações nas praças de pedágio, que se iniciou em

**Paulo Nunes Lopes**  
Diretor Presidente

Aos Acionistas e Administradores da **Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.** - Ribeirão Preto - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia MS 306 S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades,

**Camilla de Matos Marcondes**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**formação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras demonstrações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não

**Conselho de Administração**  
**André Miari Paulino**  
Presidente do Conselho de Administração

is

alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já

**Contador**  
**Antônio Marques dos Santos**  
 CRC 1SP - 141955-03

ção, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia; • Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos,